

Cara leitora, caro leitor,

A Revista Jurídica da Presidência inicia o seu 14^o volume com esta bela edição. Para comemorar esse feito, a ilustração de sua capa conta com uma fotografia da obra de arte Galhos e Sombras do acervo do Palácio do Planalto. Além disso, dando continuidade à política iniciada na edição de número 100 da revista, e prestigiando o seu novo Conselho Editorial, passamos a convidar em cada uma das edições um Conselheiro, ou Conselheira, do periódico, para contribuir na construção do seu conteúdo. Na edição de número 100, contamos com a contribuição do Conselheiro Gilmar Mendes e, na de número 101, com um artigo de autoria da Conselheira Claudia Lima Marques. Nesse número, a Conselheira Claudia Rosane Roesler, juntamente com o seu orientando Pedro Santos Tavares da Silva, agracia-nos com um belo trabalho em que empreende uma análise da argumentação jurídica utilizada em alguns julgados (do CADE e do TJSP) que envolvem o Direito Antitruste, chamando a atenção do leitor para as muitas contradições nos argumentos empregados.

No intuito de manter a valorização de nosso trabalho - o que já foi reconhecido com a qualificação do periódico no estrato B2 pela Comissão Qualis - a revista mantém a sua publicação, e circulação, eletrônicas. Essa medida parece essencial para garantir a democratização de seu conteúdo, com o mais amplo acesso a todos. O sistema de avaliação por pares (*blind peer review*) continua sendo executado, e o nosso quadro de revisores cresce a cada dia, contando a Revista Jurídica da Presidência com a colaboração de 159 revisores *ad hoc* (Professores Doutores) de Instituições de Ensino Superior de todas as regiões do Brasil.

A multiplicidade de temas abordados, bem como a diversidade regional, foi mantida nessa edição. Em uma abordagem aprofundada da perspectiva de Hannah Arendt sobre o Público e o Político, sem perder o seu viés crítico, Júlia Ávila Franzoni discute quais as potencialidades de uma revisita, nos dias de hoje, a essas categorias. Sob a perspectiva dos Direitos Humanos, Paola Bianchi Wojciechowski trata do Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos no intuito de desconstruir o aparente obstáculo que seriam os discursos das correntes relativistas e universalistas, bem como do conceito de soberania, para a efetivação dos Direitos Humanos. Não menos

relevante e oportuna é a contribuição de Noemia Aparecida Garcia Porto, ao fazer um paralelo entre as experiências brasileira e espanhola quanto às transições de regimes autoritários, tomando como norte os conceitos de verdade, justiça e reparação.

Ana Liési Thurler, em uma visão interdisciplinar, revela as diferentes formas de paternidades como exercícios políticos. Na esfera do Direito Penal, Charles Luz de Trois analisa a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal quanto à liberdade provisória nos crimes hediondos, e destaca decisões recentes que apontam a possibilidade de mudanças do entendimento da Corte no sentido dos novos textos legislativos e da doutrina mais moderna sobre o tema. Ao transcorrer um percurso conceitual sobre a propriedade, desde a visão liberal até a função social, Maria Helena Ferreira Fonseca Falle empreende uma reflexão sobre a pertinente aplicação da funcionalização às empresas.

Abordando um tema pouco conhecido – e menos ainda explorado – pela academia, Ana Paula Gomes Pinto reflete sobre as patentes de segundo uso médico, dando ao leitor um quadro geral dos aspectos positivos e negativos de uma possível concessão de registros no Brasil. Na área do Direito Tributário, Rodrigo de Moraes Pinheiro Chaves e Hélio Silvio Ourém Campos escrevem sobre a construção e a aplicação da norma jurídica tributária, com a avaliação das premissas maior (fato) e menor (norma jurídica abstrata) e o lançamento como a constituição da relação jurídica. Fechando essa edição, Dhenize Maria Franco Dias trabalha as aparentes dificuldades conceituais para a definição e a concretização do direito público subjetivo, em especial quando se trata dos Direitos Fundamentais Sociais.

Não podemos deixar de agradecer aos autores e autoras pela construção do conteúdo que permeia essa edição, bem como aos revisores que criteriosamente selecionaram os artigos que fazem parte desta revista. O resultado desse trabalho é certamente fruto de um esforço coletivo. A Equipe da Revista Jurídica da Presidência reitera o seu compromisso com a qualidade da gestão dos artigos, para que o periódico seja cada vez mais um instrumento de aproximação entre o Poder Executivo e a academia.

Tenham todas e todos uma excelente leitura.